REFLEXÃO SOCIOPOLÍTICA SOBRE ÁREAS DEGRADADAS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO

SOCIOPOLITICAL REFLECTION ON DEGRADED AREAS IN SETTLEMENT PROJECTS

Carla Silveira Moraes[1]
Celia Regina Congilio[2]

Resumo: Este trabalho discute impactos socioambientais nos assentamentos rurais do Sul e Sudeste do Pará, alvo de grandes projetos de desenvolvimento capitalista. Faremos considerações acerca de como os conflitos agrários se inserem na contemporaneidade e como estes se inter-relacionam com o desmatamento. É preciso ressaltar a omissão do Estado diante das questões ambientais e sua relação com os conflitos agrários regionais.

Palavras-chave: Campesinato; Desmatamento; Conflitos Agrários

Abstract: This paper discusses environmental impacts in rural settlements in the south and southeast of Pará, target of major capitalist development projects. We will make considerations about how the agrarian conflicts fall nowadays and how they interrelate with deforestation. It is necessary to emphasize the State's failure to act on environmental issues and their relationship with the regional agrarian conflicts

Keywords: Peasant worker; Deforestation; Agrarian Conflict

1. INTRODUÇÃO

O estudo proposto é o resultado de um ano de trabalho como bolsista de Iniciação Científica orientado pela Profa. Dra. Celia Regina Congílio a partir do subprojeto "Análise sociopolítica sobre recuperação de áreas degradadas em assentamentos rurais na região de Marabá frente às práticas locais e às práticas de reflorestamento para a Amazônia", realizado em parceria com a Profa. Dra. Edma Silva Moreira e sua respectiva bolsista de iniciação científica Priscila Kellen Alves de Lima. O subprojeto faz parte do projeto interdisciplinar em andamento "Desenvolvimento de Competências e Formação de Recursos Humanos em Recuperação de Áreas Degradadas em Projetos de Assentamentos em Áreas Amazônicas", coordenado pelo Drº Carlos Renato Lisboa Francês e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vimos tentando compreender a relação sociedade e natureza no contexto dos assentamentos rurais do sul e sudeste paraense e a dinâmica camponesa com as áreas degradadas, refletindo sobre as políticas do Estado e as estratégias de sobrevivência e reprodução do modo de vida camponês. Nesse trabalho, o nosso intuito será responder algumas questões que se entrelaçam no âmbito da análise critica, entre as quais, destacamos: – Quais os principais elementos (sociais e/ou naturais) têm sido introduzidos como opções de sobrevivência aos camponeses e como isso têm afetado as relações sociedade-natureza? – Quais as formas de reprodução social desenvolvidas diante das alternativas que lhes são oferecidas, levando em consideração os conflitos agrários e o grande contingente de desmatamento que interferem nas suas produções econômicas, de subsistência e, portanto, nas suas forma de vida?

[1] Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais Araguaia - Tocantins, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA/ Campus de Marabá, Bolsista PIBIC-CNPq/UNIFESSPA (2015) e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP). E-mail: carla@unifesspa.edu.br.
[2] Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Docente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins e do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA) - UNIFESSPA e líder do GEPEMSSP. E-mail: conborg@uol.com.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreensão da realidade por nós proposta temos nos utilizado de ações diversas, obtendo, entre elas a obtenção da história oral dos camponeses por meio de entrevistas e a observação participante em reuniões que ocorrem entre os movimentos sociais e entidades que gerenciam programas de reflorestamento pelo Estado. Realizamos entrevistas semiestruturadas tanto com camponeses e lideranças, quanto com representantes do Estado, em especial, servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Além disso, temos também realizado reflexões bibliográficas utilizando autores como Hébette (2004), Loureiro (2005), Pereira (2013), Martins (1985). Efetuamos ainda análise documental de programas e políticas de combate ao desmatamento (Programa Assentamentos Verdes – PAV; Manual de Recuperação Ambiental entre outros). Tomamos como referência de análise o método dialético, no qual procuramos, de forma qualitativa, observar as múltiplas determinações (políticas, econômicas, sociais, culturais) que interferem e conformam nosso objeto de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desmatamento na região Sul e Sudeste do Pará, assim como em toda a Amazônia, é um problema de caráter socioambiental, econômico e político, o que significa que ações pontuais que reflitam o desmatamento apenas como problema ambiental não chegarão a uma solução efetiva. Por conta das constantes degradações socioambientais que acontecem nessa fronteira agrária, outras questões surgem entrelaçadas: se por um lado, o Estado parece realmente interessado em diminuir o índice de desmatamento, por outro, com o constante incentivo para a produção agropecuária extensiva, a política real caminha em sentido oposto. Este é um problema histórico decorrente de outras dinâmicas proporcionadas pelo capital na região amazônica, desde as grandes obras de infraestrutura até os incentivos para a produção minero-agrícola. Em decorrência disso, além do desmatamento, Jean Hébette (2004, p. 333) nos indica:

> [...] o que se verifica, na verdade, na Amazônia, é que latifúndios, em número cada vez maior, se concentram nas mãos dos que têm de sobra terra inexplorada; [...] O que se fixa, sim, na Amazônia, é a especulação, a grilagem e a violência.

Dessa forma, segundo Violeta Loureiro (2005), o desmatamento não pode ser associado aos camponeses, mais sim ao latifúndio, que desde o inicio recebem grandes incentivos do Estado para a derrubada das matas, produção agropecuária e/ou à produção agrícola em grande escala.

Nesse cenário, os camponeses e movimentos sociais do campo mantiveram-se resistentes nos enfrentamentos e conseguiram, ao longo dos anos, que o Estado criasse e regularizasse diversos projetos de assentamento, alcançando um total de 504 em 2015 na região sul e sudeste do Pará, segundo dados do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Verificamos que a maior parte desses assentamentos foram oficializados na década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, somando um total de 337 projetos no sul e sudeste paraense dos anos 1996 a 2005, num cenário de forte acirramento dos conflitos e do aparelho repressivo do Estado, a exemplo da chacina mundialmente conhecida como o “Massacre de Carajás”.

Para Martins (1985, p. 9), a luta no campo entre as classes sociais não se resume na disputa pela ocupação da terra. Os embates dão-se devido à distribuição desigual da propriedade fundiária, garantida por um pacto constituído de relações de cooptação em vista de favorecer grandes proprietários de terras. O autor acrescenta que este pacto sustenta-se na instituição organizadora da política, ou seja, no Estado.

> Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais. Esses conflitos têm exigido uma crescente intervenção do Estado militar, que tem feito esforços desesperados para mantê-los circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade. O Estado tem procurado evitar a adoção de um novo direito de propriedade que represente uma restrição ou uma revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terras neste país. É neste sentido que a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. [...] (Ibid., p. 10).

Na verdade, e concordando com Hébette (2004, p. 359), “É que o Estado, sendo Estado de classes, não pode se permitir políticas contrárias aos interesses do capital, ou mesmo aos interesses de classes dos grandes proprietários fundiários [...]”.

4. CONCLUSÃO

Apesar da resistência dos agricultores pela permanência na terra, motivados principalmente pela atual frente de expansão do capitalismo na região, as ameaças e assassinatos no campo se apresentam em números crescentes, provocando vendas dos lotes e saída dos camponeses de suas terras, quando não, a desmotivação para investir em reflorestamento diante das incertezas quanto ao futuro. Isso ocorre porque uma vez que mesmo os que não estão sendo diretamente ameaçados, sofrem os impactos emocionais de verem mortes de lideranças comunitárias e de colegas que lutaram ao seu lado pela posse da terra.

O Estado, por sua constituição política, tem dado assistência insipiente aos assentados e, quando disponibilizada, não atende suas necessidades, pois segundo os próprios camponeses incentiva apenas a pecuária. Quando não, são assistências direcionadas aos programas de reflorestamento que esperam dos camponeses a iniciativa de se integrarem a eles, ignorando totalmente os tantos problemas enfrentados na sua precária subsistência. Constatamos que apesar do estímulo do Estado estar direcionado aos grandes proprietários capitalistas, os camponeses sempre lutam e resistem pela posse, permanência e viabilidade de produção nas terras. São lutas que podem ser caracterizadas como luta de classes, tendo em vista que é uma luta entre dominados e dominantes, mesmo quando, aparentemente, se dirijam apenas ao Estado

AGRADECIMENTOS

Aos camponeses, sempre tão receptivos e dispostos a nos ensinar tantas coisas incríveis nessas andanças. A minha orientadora, pelo suporte, apoio e todo o tempo disponibilizado às orientações em seu tempo tão corrido. A Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira, pelo suporte acadêmico que tem nos dado à pesquisa. A todos os colaboradores que contribuem e fazem essa pesquisa ser possível. Ao CNPq pela disponibilização da bolsa de iniciação cientifica, pois sem ela esse percurso não seria possível.

REFERÊNCIAS

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Volumes I, II, III e IV. Belém: EDUFPA, 2004 (Vol. II).

LOUREIRO, Violeta R., PINTO, Jax Nildo A., **A Questão Fundiária Na Amazônia**. Revista Estudos Avançados, 19 (54), p. 77- 98, Abril de 2005.

MARTINS, José de Souza (1985). **A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política**). 2 ed. Petrópolis: Vozes.

MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 2ªed.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Luta Pela Terra No Sul e Sudeste Do Pará: migrações, conflitos e violência no campo.** Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.